

# Jovens organizados, mas não participativos: análise de um movimento social da Metrópole

JOÃO GREMELMAIER CANDIDO

LUIZ ROBERTO ALVES

ALMIR MARTINS VIEIRA

Universidade Metodista de São Paulo (PPGA)

## RESUMO

O lugar da juventude no contexto das políticas públicas brasileiras tornou-se assunto recorrente no cenário acadêmico a partir do ano 2000. Em estudos recentes, há razoável consenso de que os jovens constituem o grupo etário mais desfavorecido no tocante às condições restritivas de emprego, situação decorrente da precarização do trabalho jovem e o decorrente abandono dos estudos, ou seja, a linha de tensão entre permanência na escola e inserção no mercado de trabalho. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar uma organização não governamental da sociedade civil formada por jovens munícipes da região metropolitana do grande ABC paulista (Brasil). O campo teórico toma por base o conceito de minorias ativas, levando em conta a obra de Cohn-Bendit, além das propostas de políticas públicas para a juventude, defendidas por Sposito. Trata-se de pesquisa concluída, cujo percurso metodológico assumido contemplou um estudo de caso, referendado por abordagem qualitativa, nos moldes de Denzin e Lincoln, bem como indicações de Gonzales-Rey. Os dados foram coletados por meio de entrevistas junto aos jovens participantes do movimento, observação não participante realizada na sede da organização e análise documental do estatuto social da organização. Os resultados mostraram que, apesar da existência do movimento se pautar na relação com o poder público municipal, boa parte da população jovem pertencente ao município se mostra alheia ao que acontece na cidade, seja por falta de informação ou até mesmo por falta de interesse. Evidenciou-se também que a prioridade reside em questões sobre trabalho e renda, ficando as demais (como participação na construção de espaços públicos, por exemplo) relegadas a segundo plano. Constatou-se, de maneira geral, que os jovens possuem iniciativa e preparo para se organizar, porém pouca maturidade e interesse em se engajar. Assim, a articulação em prol de demandas coletivas fragiliza-se em razão da limitada noção de políticas públicas para a juventude. Ou seja, manifesta-se uma minoria “pouco ativa”, embora organizada. Ainda que tenha sido desenvolvido estudo de caso único, provavelmente o panorama descrito seja realidade em outros movimentos sociais semelhantes na metrópole e até mesmo no país (Brasil), embora estudos de ordem qualitativa são restritos em termos de generalização. Recomenda-se, para estudos futuros, investigações junto a outros movimentos sociais compostos por jovens (como o movimento estudantil, por exemplo), com o objetivo de analisar possíveis relações entre a postura dos jovens e os valores culturais brasileiros.

**Palavras-chave:** Juventude. Organização. Sociedade. Orçamento Participativo.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se originou do interesse em identificar e analisar as relações entre gestores públicos e as organizações da sociedade civil no planejamento e estabelecimento de projetos públicos para o desenvolvimento da cidade de São Bernardo do Campo (SBC).

Por meio da realização de plenárias populares, a administração do município coleta dados sobre as necessidades mais imediatas dos munícipes, a fim de propor projetos que as respondam. Essas plenárias contam com a participação de grupos organizados, representantes das mais diversas organizações civis públicas de SBC.

O propósito desta pesquisa foi abordar, a partir de uma organização da sociedade civil, o interesse e participação do estrato jovem de SBC nas políticas públicas do município. Para tanto, foram tomados para a análise os documentos produzidos durante as plenárias de Orçamento Participativo (OP) realizadas em 2010 para o ano 2011. A intenção foi entender como uma organização de caráter civil é capaz de se gerir e de influenciar a gestão municipal através das suas contribuições e articulações nas plenárias do OP de SBC. Este entendimento pôde ser obtido através das entrevistas realizadas com representantes da organização escolhida.

Como parte da metodologia proposta, esta pesquisa pretendeu compreender um fenômeno social complexo (YIN, 2006), que é a existência de uma política participativa no município de SBC a partir de uma perspectiva de governança pública, formada pelas relações políticas de poder público e organizações da sociedade civil. Como objetivo epistemológico, o trabalho buscou detectar situações que não são comumente apresentadas nos cotidianos organizacionais (THIOLLENT, 1986).

A pesquisa procurou analisar se os jovens munícipes são-bernardenses são capazes de gerir uma organização de representatividade civil; se são capazes, a partir desta vivência organizacional, de interpelar os representantes do poder público ou conclamar nas plenárias de OP, a fim de exporem os seus pleitos.

Do ângulo dos governos democráticos e populares, uma cultura política oriunda da combinação positiva entre cooperação e cidadania, se sintoniza com perfeição à sua nova agenda, seja quanto ao seu conteúdo (desenvolvimento econômico e urbano assentados na cooperação e inclusão social apoiada na solidariedade), seja com relação ao modelo de gestão (reforma do Estado local vinculada à ampliação das esferas públicas, e à garantia de um fundo público capaz de concretizar o direito à cidade). Todavia, os governos, mediante sua ação, podem apenas criar condições favoráveis a esse estilo de interação com a comunidade local. A transformação desta no sentido apontado – condição para a afirmação de um projeto de cidade – só pode ser operada por meio de verdadeiras revoluções de comportamentos, construídas no dia-a-dia, enraizadas nas práticas cotidianas, que sirvam de base sólida à dinâmica do espaço público e às decisões de ordem política (DANIEL, 2002, p. 226).

Esta relação entre público, privado e social apenas se torna possível sob um olhar da governança pública, na qual os cidadãos e as organizações privadas se tornam acionistas do governo no sentido de que participam e influenciam na construção das propostas que o poder público apresenta, numa relação coordenada e horizontalizada (SECCHI, 2009).

É importante ressaltar o aspecto histórico de um agente público que a PMSBC instituiu para os seus cidadãos, que é a Coordenadoria de Ações para a Juventude (CAJUV). Esta coordenadoria surgiu em 1998 e oferece oficinas esportivas e culturais para os jovens moradores de SBC, com idade entre 14 e 29 anos, que estejam estudando ou que possuam o segundo grau completo.

## DESENVOLVIMENTO

### Reflexão Teórica

É notório que grande parte das nações tem enfrentado um problema comum: o envelhecimento de sua população e, por conseguinte, da sua força de trabalho. As crianças nascidas são, dessa perspectiva, de suma importância, pois darão continuidade ao trabalho, ao modo de vida, ao capital e, considerando todas as dificuldades ambientais emergentes, à própria vida num sentido mais amplo. São essas crianças e jovens os responsáveis diretos por “consertar” essa sinergia de vidas.

Esta geração de jovens pode ser chamada de “experimental”, pois experimenta quase que diariamente o surgimento de novas tecnologias, as propagandas, os riscos ambientais, as incessantes mudanças do mundo do trabalho, novos fluxos migratórios, novas formas de inserção, a proliferação do fácil acesso às drogas, álcool, armas e a violência policial (CASTRO, AQUINO, & ANDRADE, 2009).

Marília Pontes Sposito e Maria Carla Corrochano (2005, p. 144) apontam dois eixos de conflitos no que toca às orientações que pautam ações voltadas aos segmentos juvenis: o primeiro se trata de haver ou não necessidade de políticas específicas para a juventude, uma vez que esta parcela da população estaria contemplada nas políticas ditas universais ou setoriais (como saúde, educação, transporte, por exemplo). O segundo eixo de conflitos seria mais conceitual, focado na definição do que seriam políticas públicas de juventude. Neste ponto, as autoras recorrem a estudiosos latino-americanos que entendem que as políticas de juventude teriam um caráter particular, distinto das ênfases estabelecidas pelas políticas setoriais. Nesta linha, as políticas de juventude teriam a ver com outros níveis de ação, mais próximos “de áreas articuladas às demandas culturais, de tempo livre, de lazer e, principalmente, de ações que possibilitassem a real participação dos jovens, ampliando a esfera de sua cidadania”.

É na busca por emancipação que aqueles que se assemelham em propósito e atitude se encontram e se organizam até obterem força e voz para serem ouvidos. De acordo com Lucia Rabello de Castro (2008, p. 253), “para o jovem, ‘sair de casa’, no sentido de assumir-se como integrante da polis ou da nação, significa entender-se como ‘tendo a ver’ com o estado das coisas ao seu redor e interpelado a responsabilizar-se por elas”, buscando, com isso, ser reconhecido como pessoa. Para que este processo seja realizado é necessária uma passagem dupla: (1) identificação com objetivos gerados coletivamente e (2) engajamento em ações e movimentos com outros, gerando novas determinações e fluxos sociais (CASTRO, 2008).

Líliá Beluzzo e Rita de Cássia Victorino analisam a história das políticas públicas sociais brasileiras e avaliam a situação do jovem em relação a elas.

Historicamente, as intervenções públicas o Brasil voltadas à área social pouco falam dos – e aos – sujeitos aos quais se destinam. Esses permanecem na posição de beneficiários, esperando a contemplação com serviços ou bens que lhes são reservados e, por consequência, pouca ou nenhuma expressão lhes é conferida. As políticas destinadas aos jovens não fugiram a esse padrão, sendo marcadas por ações que oscilaram entre o controle e a assistência social (BELUZZO & VICTORINO, 2004).

Neste panorama os autores apresentam informações importantes, como o fato de que, na segunda metade do século XIX, as políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes estavam relacionadas aos órfãos. Tratavam-se de ações inspiradas em antigos modelos europeus apoiados pela Igreja, segundo os quais crianças e adolescentes abandonados eram desprovidos de direitos (BELUZZO & VICTORINO, 2004). Esta era a forma como a sociedade da época entendia esses sujeitos: sem direitos e sem interesses.

## MÉTODO

Esta foi uma pesquisa exploratório-descritiva, que objetivou, ao mesmo tempo, reconhecer um problema e descrever o funcionamento de uma organização através da clarificação de conceitos. Para Norman K. Denzin e Yvonna Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa tem relevância ao dar voz aos participantes, permitindo que esses sejam ouvidos e, assim, colocando-se contextualmente como sujeitos históricos das ações pesquisadas.

Para tanto, o estudo considerou as relações entre a organização analisada, identificando seus objetivos, dificuldades e realizações. Se utiliza, então, de dois componentes norteadores: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, tendo em vista um estudo de caso único.

Cabe ressaltar que a pesquisa incorreu na observação da existência de uma subjetividade das relações humanas, conforme proposto por Fernando Luís González Rey (2005) e por Vieira e Rivera (2012), visto que não é o tamanho da amostra que define a qualidade da pesquisa aplicada, mas sim a qualidade de informação que os participantes pesquisados transmitem, ainda que sejam informantes únicos e individuais.

Robert Yin (2006) afirma que o método de Estudo de Caso pode lidar com a pesquisa desde o seu planejamento, passando pela coleta dos dados, até a análise dessas informações. Corroborando a validade do método, para Kathleen M. Eisenhardt (1989), o estudo de caso é uma estratégia utilizada para entender a dinâmica dos acontecimentos dentro de um contexto único.

Assim sendo, conforme a metodologia proposta por Yin (2006), esta pesquisa tratou de um estudo de caso único, através de um caso piloto, por meio do qual foi possível investigar um fenômeno até o momento inacessível à investigação científica – no caso, uma organização não-governamental já constituída, pensada, formada e conduzida por jovens nascidos em SBC.

Para González Rey, o roteiro aberto em pesquisa é de suma importância, visto que permite a adaptar a condução da pesquisa à epistemologia encontrada durante a realização da mesma, já que os sujeitos se adaptam e refletem as situações de momento, quer percebam isso ou não.

[...] o pesquisador ao longo da análise do questionário integra perguntas e informações, tanto de diferentes partes do questionário, como de diferentes fontes, nem sempre restritas às perguntas do questionário, desenvolvendo processos abrangentes de construção teórica dos tópicos que norteiam a pesquisa. (GONZÁLEZ-REY, 2005).

A revisão bibliográfica foi feita a partir do estudo das principais obras e artigos que tratam do tema em questão, tendo como fios condutores, dentre outras, as palavras-chave: juventude, jovens, organização, gestão, políticas públicas, orçamento participativo.

A pesquisa de campo procurou conhecer a constituição da organização selecionada, desde os seus aspectos técnicos até as pessoas que a compõem, essas, essenciais conforme González Rey.

### ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados foram obtidos a partir da pesquisa de campo realizada com os membros diretores da ONG Cultural B, com o Coordenador da CAJUV e com a Diretora do Departamento de Planejamento Participativo de SBC (DPP).

Na primeira etapa, destacam-se as características da organização pesquisada, a Cultural B, de forma que se possa compreender do que ela se trata, por quem é formada, como funcionam as relações internas e externas e como ela trabalha com a juventude de SBC. As respostas fornecidas nestes encontros permitem entender que, apesar dos movimentos existentes, boa parte da população jovem está alheia ao que acontece no município, quer por falta de informação, quer por falta de interesse.

Na segunda etapa verificou-se a percepção do poder público de SBC sobre a juventude, a fim de identificar possíveis semelhanças e diferenças de visão entre este ator e a ONG pesquisada. Os dois departamentos da PMSBC consultados para a pesquisa trazem um alinhamento semelhante entre si, o que já era esperado. Como consequência, compartilham visão e expectativas sobre o jovem são-bernardense.

A Tabela 1 traz algumas informações sobre o credenciamento da população para as plenárias de OP realizadas ao longo do ano de 2010.

**Tabela 1.** Participação, por faixa etária, nas plenárias de OP de SBC em 2010

<b>Perfil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
de 18 a 29 anos	1.521	15%
de 30 a 39 anos	2.129	21%
de 40 a 49 anos	2.738	27%
de 50 a 59 anos	2.129	21%
mais de 60 anos	1.622	16%
<b>Total</b>	<b>10.140</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** PMSBC ( 2011)

A prefeitura não divulgou os números de participação dos menores com 16 e 17 anos, em idade eleitoral. Afora esta parcela, pode-se identificar que a quantidade de jovens participantes é muito pequena se comparada às outras faixas etárias, sendo menor até mesmo do que a dos considerados idosos. Esta informação pode ser um indicador da falta de interesse dos jovens em conhecer o que acontece no município.

Ao se assumir como pressuposto que todos os participantes das plenárias são eleitores (pois o voto é obrigatório no Brasil), ainda que não necessariamente registrados para votar em SBC, o resultado é que os 10.140 municípios participantes dos fóruns correspondem a 1,88% do universo eleitoral de SBC, estimado em 539.726 eleitores.

Ainda a partir desta informação, ao se proceder a uma comparação com os dados fornecidos pelo mesmo documento, chega-se a apenas 1,76% da população jovem (na faixa etária alvo deste estudo) participando das plenárias, corroborando a noção da falta de interesse dos mesmos.

**Tabela 2.** Total da população jovem

Perfil	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
de 15 a 19 anos	34.395	17,14%	34.752	17,32%	69.147	34,47%
de 20 a 24 anos	33.233	16,57%	34.830	17,36%	68.063	33,93%
de 25 a 29 anos	30.302	15,10%	33.105	16,50%	63.407	31,61%
Total	97.930	48,81%	102.687	51,19%	200.617	100%

**Fonte:** IBGE, Contagem Populacional (2007)

A Tabela 2 faz uma comparação interessante entre a distribuição dos perfis de gênero para a população jovem do município. Nota-se que o IBGE estima um total de 200.617 jovens. Uma comparação destes dados aqueles fornecidos pela Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo de SBC, verificados na Tabela 4, demonstra que apenas 0,76% de todos os jovens do município se cadastraram nas plenárias.

É um número surpreendentemente baixo de jovens participantes. Os dados do IBGE são ligeiramente inferiores aos divulgados no Sumário de Dados de SBC (200.617 contra 215.595). No entanto, esses números permitem aferir que os jovens ainda não têm a vida política no seu horizonte de importâncias, e ainda caminham para se encontrar como “minorias ativas” (Cohn-Bendit, 1968), ou seja, transformadoras e influenciadoras de causas a que possuem interesse em alcançar, mesmo que, como ressaltado, sejam poucos.

Os jovens que já estão próximos aos 29 anos podem não se preocupar com questões políticas, pois estão em pleno auge de construção de carreira profissional, embora ainda tentando definir o que querem e onde gostariam de trabalhar. Os mais novos, próximos à casa dos 20 anos, ainda estão pensando em buscar uma educação formal, seja terminar o ensino básico e médio, seja o superior.

O jovem, de uma forma ou de outra, possui fácil acesso ao consumo dos itens que deseja. Para adquiri-los, “faz um bico”, aceita um emprego temporário e, em alguns casos, comete atos criminosos. Como diz um dos Entrevistados, “*As organizações de bairro estão mais atentas aos quesitos regionais e sociais do que o terceiro setor juvenil. O juvenil está pensando só no seu umbigo*”. Não sente mais necessidade de lutar pelas grandes questões geradoras e edificadoras de possíveis mudanças nas sociedades.

A partir do material coletado tanto com a ONG jovem como com os representantes do poder público, pode-se perceber que a participação da juventude de SBC nos processos democráticos do município ainda está em construção. Talvez as políticas de participação, se bem esclarecidas para todos os munícipes, sejam justamente o ponto de partida para despertar no jovem o interesse pela gestão pública e suas formas de concretização.

Dentro dessa perspectiva, o poder público de SBC enxerga a juventude como um ator importante para os planos políticos que pretende desenvolver para o município. Não demonstra ignorar esta parcela da população, mas ainda está desenvolvendo políticas que supram as demandas que a juventude suscita.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens são-bernardenses sentem necessidade de participar. Entretanto, pelo aspecto objetivo e psicológico, ainda precisam e querem que suas necessidades mais imediatas, como trabalho e renda, sejam supridas antes de poderem se dedicar a uma construção coletiva mais ampla a partir do espaço público.

Esta pesquisa revela alguns aspectos interessantes da juventude de SBC, dentre os quais a constatação de que ela ainda não está preparada para assumir o papel que lhe é esperado. Com toda a expansão econômica experimentada pelo país, bem como as crises familiares e municipais que ela traz, a realidade dos jovens em 2011 é diferente da realidade dos jovens de outros períodos históricos. E nem poderia ser de outro jeito.

Fica claro para este pesquisador que os jovens são capazes de se organizarem em grupo, associações, ONG’s ou empresas legalmente constituídas. Igualmente claro fica que esta capacidade independe do estudo formal ministrado nas escolas e universidades, como demonstraram os próprios entrevistados. A educação fundamental e média é importante para a constituição do jovem na sociedade, porém, ela não garante ferramentas para lidar com os obstáculos que este jovem poderá enfrentar durante o seu percurso de vida. Os jovens são-bernardenses estão dispostos a aprender a cada etapa, melhorando o desempenho de suas empreitadas a cada tentativa.

No entanto, a juventude atual ainda não está preparada para se articular em prol das suas necessidades. Aqueles que podem se dedicar à busca coletiva dos interesses da juventude assim o fazem, porém, de maneira limitada. Um trabalho esclarecedor, partindo dos próprios jovens para eles mesmos, explicando o funcionamento do OP e estimulando a sua participação nessas plenárias, ainda que individual e não coletivamente, é importante e pode gerar, para o município e para os jovens, meios de entendimento e melhoria nas condições de relação entre ambos.

Os jovens entendem a si mesmos e podem encontrar menos dificuldade em lidar com os seus iguais. Portanto, esperamos que este trabalho seja capaz de estimular a pesquisa feita pela juventude para a juventude.

## REFERÊNCIAS

- BELUZZO, L., & VICTORNINO, R. C. (2004). **A juventude nos caminhos da ação pública**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 8-19.
- CASTRO, J. A., AQUINO, L. M. C., & ANDRADE, C. C. (2009). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 303 p.
- CASTRO, L. R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polit. [online]**. Curitiba, v.16, n.30, pp. 253-268.
- COHN-BENDIT, D. (1968). Diálogo entre Daniel Cohn-Bendit e Jean Paul Sartre. In: Cohn-Bendit, D. et al. **A revolta estudantil**, Rio de Janeiro: Editora Laudes.
- DANIEL, C. (2002). A gestão local no limiar do novo milênio. In: Magalhães, I.; Barreto, L.; Trevas, V. (Orgs.) **Governo e cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, p. 182-242.
- DENZIN, N. K., & LINCOLN, Y. (2006). Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. (2006). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, p. 15-41.
- EISENHARDT, K. M. (1989). Building Theories from Case Study Research. **The Academy Of Management Review**, Stanford, v. 14, n. 4, p.57-74.
- GONZÁLES-REY, F. L. (2005). **Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- MARANHÃO, T. A., & TEIXEIRA, A. C. C. (2006). Participação no Brasil: dilemas e desafios e desafios contemporâneos. In: Albuquerque, M. C. (Org.) **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. – São Paulo: Instituto Pólis, 124p.
- SECCHI, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da Administração Pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 43(2), 347-369, mar./abr.
- SPOSITO, M. P., & CORROCHANO, M. C. (2005). A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, 17 (2), 141-172.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/PMSBC. (2011). **Sumário de Dados** (2009: Ano-base 2008).
- THIOLLENT, M. (2006). **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 108p.
- VIEIRA, A. M., & RIVERA, D. P. B. (2012). A Hermenêutica no Campo Organizacional: duas possibilidades interpretativistas de pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, 14(44), 261-273.
- Yin, R. K. (2006). *Estudo de caso: planejamentos e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 212p.